



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Fuad Nacli.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Nelso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camarg, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações pelo 26º ano de fundação de "O JORNAL" de Maringá. Órgão independente da imprensa interiorana, lutou com enormes dificuldades para sobrevivência em seus primeiros anos, consagrando-se posteriormente, pela linha de combate e informação, fazendo jornalismo na sua mais pura essência. Conquistou, realmente, sua maturidade, sob a direção do jornalista e advogado Verdelírio Barbosa, a quem deve ser dado ciência do presente.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando as providências cabíveis, no sentido de viabilizar a construção do Quartel do 2º Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o 2º Batalhão da Polícia Militar, em Jacarezinho, encontra-se sediado em prédio locado, o qual não permite boas condições de funcionamento. Abriga esta corporação, aproximadamente 300 homens, que estão encarregados de oferecer segurança a toda a região pioneira do Estado.

Assim, entendemos da mais alta importância, a concessão da medida pretendida, dotando aquela região de melhores condições de trabalho aos homens que integram o 2º Batalhão, o que viria, sem dúvida, em benefício de toda a população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, as quais lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências de melhorias no acesso rodoviário da BR-153 - DAMISA - DESTILARIA DE ALCOOL MAJOR INFANTE S/A, medida justificada ao final.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

O acesso rodoviário acima mencionado, está carecendo de urgentes reparos. O seu atual estado de conservação, vem trazendo compreensíveis prejuízos no transporte de produtos energéticos efetuados pela Destilaria Major Infante, em caminhões de alta tonelagem.

É de ser notado que, a melhoria do referido acesso, diminuirá consideravelmente o custo final do álcool, cuja produção hoje alcança a casa dos 120.000 litros diários. Desta forma, no momento em que a preocupação de toda a nação brasileira se volta à economia de combustíveis, e procura de outras fontes energéticas, o Paraná deverá dotar de melhores condições de acesso rodoviário a destilaria aludida, colaborando, sobremaneira, com a economia brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado, solicitando o afastamento do atual Comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar de Apucarana, cuja atuação tem sido altamente negativa, gerando a intranquilidade no seio da população ordeira e pacífica daquela cidade.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Não é a primeira vez - e por certo não será a última, que deparamos com os noticiários da imprensa apucaranaense, assinalada de fatos estarecedores - que contam com minúcias e pormenores, os abusos e os atentados que hoje se cometem contra a grande família de Apucarana, pela mencionada autoridade.

Ainda, recentemente, a cidade ficou em polvorosa, com a quase invasão da Câmara Municipal, pelos comandados do aludido oficial, que iam efetuar a prisão de um vereador, e fizeram com o maior aparato bélico e incrível demonstração de força, em desrespeito flagrante àquela edilidade.

Até o povo se assustou e anda assustado, desde então, pois ninguém se sente em segurança. Qualquer pessoa pode ser presa sob suspeita, desde o mais honrado cidadão do comércio — ou aquele outro que exerce função pública. Ainda ontem, a Tribuna da cidade noticiou, com destaque, o fato de ter sido baleado um modesto servidor público, quando a polícia empreendia caça a ladrões de automóveis. Orivaldo de Moraes Machado, funcionário do 16.º Distrito Sanitário de Apucarana que se dirigia para a sua residência e foi então interpelado pelos ocupantes de um Volks cor de laranja. “Enquanto um deles apontava o revólver para o “Barnabé”, o outro se identificava como policial, afirmando que estava a procura de “gatos”. Assustado, Orivaldo tentou correr quando foi atingido por dois disparos — um, acertando o tornozelo direito e outro, o fêmur esquerdo. Foi então, que a segunda pessoa saiu do interior do Volks, sendo reconhecida pela vítima. Tratava-se do Superintendente da 17A SDP, Sebastião do Couto Moreira, que imediatamente socorreu o rapaz, transportando-o ao Hospital da Providência, onde depois de medicado, foi liberado, pois nada tinha a ver com os pretensos “puxadores de veículos”. Este é apenas um caso isolado. O 10.º Batalhão da Polícia Militar, através do Tenente Rubira, oficial de dia, confirmou os dois disparos dos patrulheiros — o que já não ocorreu por parte da Polícia Civil — que alegava nada saber sobre o caso. Casos lamentáveis como este, estão a acontecer periodicamente, e ninguém mais se sente em segurança na cidade de Apucarana.

Há um reboleio intenso na cidade — e poucos se arriscam agora a um passeio noturno, pois se arriscam a serem presos e até mesmo espancados, para depois então serem liberados, por absoluta falta de provas. Tudo isso acontece sob as vistas e imperdoável omissão do Comandante do 10.º Batalhão da Polícia Militar de Apucarana — que segundo se afirma na cidade — é mesmo um homem de temperamento arbitrário e gosta de demonstrações de força — sob a alegação de que assim impõe a sua autoridade.

Não há outra alternativa, senão a substituição imediata dessa autoridade — que não sabe se conduzir com a necessária serenidade e devida compostura. O apelo que fazemos à Mesa da Casa — e aos nobres colegas deste Poder — é, em verdade, o apelo de toda a população da nossa cidade — ansiosa por voltar à tranquilidade e poder circular livremente pelas ruas e praças de Apucarana — a qualquer hora, sem ser importunada, presa e agredida, pelos comandados do Sr. Comandante do 10.º Batalhão da Polícia Militar ali sediado.

Tudo isto nos faz regredir ao tempo da Polícia Hitleriana — a famigerada GESTAPO — que levou ao desespero milhões de famílias, não só na Alemanha, mas em todos os países ocupados pelas forças nazistas.

E agora, justamente agora, quando se fala em nosso País, no restabelecimento dos Direitos do Homem — no retorno à vida democrática — em toda a sua plenitude, não se pode admitir — que continue em seu posto de Comando — uma autoridade que usa e abusa da força, esquecendo, que ali está, para manter a ordem e não promover a desordem.

Para garantir a tranquilidade de todos — e não, semear a intranquilidade. Tudo isso nos motivou o presente requerimento que apelo a todos, seja aprovado e encaminhado às autoridades competentes, visando o imediato afastamento do militar — e a abertura de uma Comissão de Inquérito para apurar todas as denúncias que contra ele se acumulam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Ex.ºs Srs. Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do DER, solicitando providências no sentido de urgenciar a conclusão das

obras de asfaltamento do acesso que liga o Distrito de Cafelândia d'Oeste à BR-369, incluindo o asfaltamento entre esse distrito e o Município de Nova Aurora, numa extensão de aproximadamente 10 quilômetros.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Na legislatura anterior, mais exatamente em 14 de outubro de 1976, apresentamos nesta Casa, requerimento solicitando à Secretaria dos Transportes, DER e DNER, fosse incluído, entre suas obras prioritárias, o acesso ligando Cafelândia d'Oeste à BR-369, o qual foi aprovado, tendo sido iniciados os trabalhos nesse sentido.

Entretanto, há alguns meses, segundo informações que obtivemos, essas obras encontram-se paralisadas, sem qualquer motivo justificável, o que vem causando sérias dificuldades ao progressista Distrito de Cafelândia, que, contando com uma Cooperativa Agrícola de grande porte, não tem como escoar sua produção, atualmente estimada em 700.000 sacas, eis que o antigo acesso foi igualmente abandonado e encontra-se em lastimável estado.

Aliás, tanto o trecho que liga Nova Aurora a Cafelândia, como o que liga esse distrito à BR-369, nesta época chuvosa torna-se impraticável, impedindo o tráfego de caminhões que transportam os produtos de maior produção nessa área, tais como soja, milho, trigo etc.

A falta de vias que facilitem o transporte rápido desses produtos, aos armazéns e cooperativas, há longos anos vem gerando grandes prejuízos para os agricultores e para o próprio Estado.

Considerando que a conclusão dessas obras trará benefícios não somente à comunidade, como também uma melhor perspectiva no aumento e escoamento da produção agrícola do Estado, estamos certos de que as autoridades competentes não medirão esforços a fim de atender esta justa reivindicação dentro do menor prazo possível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando providências no sentido de incluir no plano de pavimentação asfáltica, a estrada que liga Maringá a Bom Sucesso, por tratar-se de estrada alternativa que trará grandes benefícios aos pequenos produtos rurais da referida região.

Como justificativa principal, juntamos o ofício n.º 166/79 da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER manifestação do Plenário, a fim de aprovar um pedido ao Ex.º Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam denunciadas as irregularidades ocorridas no convênio daquela Secretaria de Estado e Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, referente ao MICRO-ÔNIBUS, para transporte de escolares, pelo abuso de poder como o Sr. Prefeito Municipal vem discriminando escolares filhos de adeptos do Movimento Democrático Brasileiro, aos quais são negadas as credenciais para sua utilização.

Que da decisão dê-se conhecimento ao Ex.º Sr. Governador do Estado, a fim de que esteja informado de tais injustiças.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Conforme exposição oral em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, uma vez atendidas as formalidades estabelecidas na Constituição Estadual, artigo 16, parágrafo único, incisos VI e VII, combinado com o artigo 19, e também, segundo dispõe o Regimento Interno da Casa Legislativa do Paraná, artigo 34, Capítulo V, Seção I, REQUER, após ouvido o Plenário, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o sistema cooperativista existente no Paraná, acertos e desvios, atropelos aos ditames filosóficos e doutrinários, perspectivas gerais do movimento, incluindo-se estudo pormenorizado da Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. - COTRIGUAÇU e sua realidade fática, sendo que, para melhor avaliação da questão, pede-se uma duração de 180 dias à proposição, compondo-a, dada a importância do assunto e necessárias apreciações e sugestões conclusivas, um total de 11 (onze) membros, cuja fundamentação se embasa nas razões a seguir expostas.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoio: José Domingos Scarpellini, Renato Bernardi, Fideicino Tolentino, Waldyr Pugliesi, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Fuad Nacli, Romero Filho, Edilson Alencar, Tércio Albuquerque, Deni Schwartz, Lázaro Dumont, Werner Wanderer, Fiori Luiz, David Cheriegate, Adalberto Daros, José Tavares, Tadeu Lúcio Albuquerque, Gernote Kirinus, Darcy Deitos, Antônio Facci, Domício Scaramella, Cyro Martins, Lineu Turra, Nelson Buffara, Valduga e Tuguio Setogutte.

JUSTIFICATIVA:

I — Preliminares:

a) — Em sendo o movimento cooperativista de vital importância ao Paraná e ao Brasil, por força da grandiosidade da causa filosófico-doutrinária e expectativas quanto ao futuro, ante a realidade existente, faz por merecer por parte deste fórum de idéias de todos os coestaduanos, um debruçar profundo quanto ao surgimento, desenvolvimento, atuações presentes e perspectivas das cooperativas;

b) — A seriedade do assunto e extensão influencial, deve preocupar a todos, mesmo no Brasil, onde ainda se ressentem de uma conscientização do que pode fazer o movimento cooperativo — **bem encaminhado** — em termos de projeção social (desenvolvimento comunitário reformista, harmônico e justo) e evolução material (crescimento econômico despido de privilégios ao capital e da exploração do antagonismo individual), até porque neste sistema o **HOMEM** é visto como **VALOR SOCIAL** e **HUMANO**. E a nível de nação, o movimento tem possibilidade ideal de arregimentar, educar e desenvolver as virtualidades do povo, propiciando a auto-suficiência necessária e perseguida e a independência econômica aspirada;

c) — A razão maior disso tudo — e que entusiasmo ainda mais — é a determinação filosófica do cooperativismo, embasadora dos ditames doutrinários e ideológicos que o sustentam, em que pese os graves atropelos a tais pressupostos, evidenciados no dia-a-dia face a maneira como vem sendo conduzido. Começa, então, a justificação clara do que propomos, isto é, convergir atenções para o tema, na certeza de que — aprofundados todos os aspectos do sistema, numa visão crítica-reflexiva — se estará dando enorme contribuição aos urgentes e importantes ajustes que a realidade está a exigir;

d) — A temática — como todos sentem — por si só permitiria viabilizar a pretensão parlamentar. Mas nos cabe a promoção pesquisada e detalhada para o perfeito encaminhamento e conclusões da proposta. Para tanto, é prático desdobrar os estudos, sob uma ótica genérica e outra específica. Na primeira, colocações imperiosas sobre o que está ocorrendo em quase

todas as cooperativas e, na segunda, especificamente perquirir a situação das centrais e determinadas singulares, com destaque para a preocupante situação da COTRIGUAÇU.

II — Motivação genérica:

a) — A questão do movimento cooperativo, implica ter em mente que “o fim de todos os setores da economia cooperativista é o **APERFEIÇOAMENTO** ético da humanidade através de uma filosofia de ação que leva à justiça social, à igualdade de oportunidade e à elevação geral dos padrões de coexistência dignificada”.

Cabe cotejar os comportamentos das cooperativas e este princípio basilar, detectando-se os primeiros e graves desvios das premissas e finalidades do movimento em referência.

b) — Por outro lado, as cooperativas possuem condições — e são as esperanças derradeiras — de destruir os monopólios de produtos essenciais, bem como de qualquer tendência monopolista, principalmente as de cunhagem multinacional. Não obstante, muitas cooperativas se vincularam aos monopólios, inclusive em termos de implantação de culturas sob domínio de interesses alienígenas;

c) — Ademais, as cooperativas são o grande, eficaz e quase único instrumento para defesa dos agricultores contra interesses privados, a **rigor espoliativos**, dos intermediários. Todavia, vemos hoje uma insatisfação generalizada nos quadros associativos das cooperativas, originada na omissão ante: o **concentracionismo patrimonial** que se acelera, os descontos exagerados nos resultados do que se produz, as burocratizações das relações cooperado-cooperativa, produtividade social dos investimentos (a ser questionada seriamente) e sensível despreocupação com a própria estrutura agrária aviltante;

d) — Mas esse gradual afastamento das finalidades fundamentais do cooperativismo se avoluma cada vez mais, desde o preponderar excessivo dos valores econômicos sobre os sociais, endividamento crescente incompatível com a necessária eficiência econômica, projetos e obras aleatórios, envolvimento exagerado de órgãos oficiais, posicionamentos político-partidários, custos operacionais exagerados, altos privilégios funcionais até o profundo distanciamento da verdadeira função social do movimento cooperativo, em especial, o paranaense;

e) — Acresce-se, por outro lado, ser premente a consolidação de uma legislação cooperativista compatível com a importância e força do cooperativismo, sua natureza jurídica e finalidades de seus atos, para que possa efetivamente subsistir como um evolutivo organismo econômico-social, sem deformações impostas pelo meio ou pelas ordenações sistemáticas existentes. Contudo haver incipiente estrutura jurídica, disposta mais em meras disposições esparsas, a realidade está a exigir sua consolidação ou mesmo codificação, mas disciplinada rigidamente pela **DOCTRINA COOPERATIVISTA**, o que não ocorre presentemente;

f) — E as consequências são diversas, até mesmo quanto à **INDEFINIÇÃO** de “quem é quem” no que diz respeito ao fomento, orientação, acompanhamento, avaliação de resultados das singulares e centrais, havendo — por vezes — justaposição de coordenadas e sobrestamento de vistorias, normalmente com custos sentidos pelas cooperativas e pelo Governo.

III — Motivação específica:

a) — Feitas as considerações genéricas, especificamente há que se analisar a situação da COTRIGUAÇU, desde proposta inicial e ocorrências contemporâneas, com gravíssimos desajustes e comprometedores comportamentos de liderança e sua capacitação. Em que pese não se pretender expor um roteiro para o desenrolar dos trabalhos parlamentares, neste aspecto particularizado, fundamentalmente é preciso verificar, aprofundar levantamentos e manifestar parecer sobre:

— surgimento da COTRIGUAÇU;

— realidade atual: **PROJETO DE COLONIZAÇÃO**, com aquisição de área, com valor discutível;

— operações ruinsas.

— COTRIGUAÇU

No oeste do Estado, os primeiros passos do cooperativismo surgiram em 1963, passando a multiplicação de singulares no final daquela década, todas desenvolvendo rápido processo de implantação. Dentro do chamado PROJETO IGUAÇU DE COOPERATIVISMO, envolvendo o Oeste e Sudoeste, surgiu, em poucos anos, a COOPERATIVA CENTRAL REGIONAL IGUAÇU LIMITADA — COTRIGUAÇU, passando logo a integrar as singulares de Cascavel, Toledo, Palotina, M.C. Rondon, Campo Mourão, Medianeira, Capanema e Cafelândia, agrupando quase vinte e sete mil associados, espalhando-se a área de influência em mais de sessenta municípios. As áreas cultivadas chegaram a mais de setecentos mil hectares. Hoje tais números não retratam mais a realidade, pois a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., a maior singular do Paraná, se afastou da Central, exatamente em razão das irregularidades ocorridas e prioridades frustradas, conforme se deduz do conteúdo da histórica decisão, tomada em Assembléia Geral Extraordinária, efetivamente em 17/11/78 (aqui anexada, face sua importância documental);

Um ano após sua constituição e expansionismo desvairado, a COTRIGUAÇU já precipitava grave processo de deterioração das premissas pelas quais se propunha a lutar, acumulando visíveis erros administrativos, falhas sociais e inversões de prioridades, tudo aguçando progressistas crises internas, para depois surgirem no âmbito público;

Resumidamente, alguns aspectos traduziram a gravidade da situação, como por exemplo:

— OPERAÇÃO RUINOSAS

— Entre outras, duas operações estão a exigir explicações sérias a todos os consócios e ao POVO DO PARANÁ.

A primeira, diz respeito à FINAGRAIN, cuja transação implica em US\$. 4,9 milhões (mais de noventa milhões de cruzeiros), débito esse, objeto de medida judicial em tramitação na Suíça, sede da organização multinacional. Em que pese as diversas NOTAS OFICIAIS emitidas pela COTRIGUAÇU, que procuram sempre desmentir qualquer débito e litígio, dando-se idéias de ser produto de “uma indústria de boatos”, que objetivava prejudicar a Central, sabe-se, e os jornais já publicaram, que etapa em fase final de entendimentos uma composição entre FINAGRAIN e COTRIGUAÇU, para solução da questão, propondo a Central pagar parte e/ou em serviços, através do Terminal Marítimo de Paranaguá (aliás, uma das coisas mais sérias feitas pelas Cooperativas consorciadas).

A segunda diz respeito a uma possível operação de “hedging” realizada na Bolsa de Chicago, cujos resultados financeiros entraram clandestinamente no Brasil, ao que consta, sendo rateados entre grande parte das singulares, para se evitar publicidades comprometedoras (as conclusões deste caso, merecem apurada ação investigatória por parte da CPI, para surgimento da verdade).

— PROJETO DE COLONIZAÇÃO

A aquisição de uma grande área na Amazônia Legal, para efeitos de colonização por parte da COTRIGUAÇU, nas condições em que se ajustou o negócio, representa mais um palpitante desequilíbrio administrativo. Em 13 de dezembro de 1977, o INCRA endereçou ofício à COTRIGUAÇU, colocando áreas disponíveis, discriminadas ou ainda em processo de discriminação, à inteira disposição para ser implantado um projeto de colonização. Como havia surgido uma opção para aquisição de área particular, pertencente à OTSAR - Empreendimentos S/A, num total de UM MILHÃO DE HETCARES, num custo final de Cr\$ 485.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), em que pese surgiram outras propostas privadas, com preço cinquenta por cento menor do que a da OTSAR S/A., apesar de haver diversos representantes das singulares, em diferentes reuniões sobre o assunto, se recusado a

apoiar tal empreendimento, atendido como faraônico e essencialmente oneroso, por insistência de alguns diretores, foi celebrado o negócio...

Além do mais, há sérias reservas quanto à qualidade das terras adquiridas, distantes de comunicação, difícil acesso e até questionamento possessório passou a existir, pois a firma vendedora teria inadimplido quanto ao contrato que fizera com o Governo do Estado do Mato Grosso do Norte, não realizando em tempo hábil a colonização prometida, transacionando a área de um milhão de hectares para a COTRIGUAÇU, buscando escapar ao ajustado...

Outras investidas expansionistas também foram concretizadas ou tentadas, como, a CORRETORA DE SEGUROS constituída pela COTRIGUAÇU FINANCEIRA, felizmente não montada, aquisição exagerada de veículos, também evitada, etc. Enquanto a INDUSTRIALIZAÇÃO, efetivamente tempestiva e improtelável, continua em ritmo estacionário.

Aliás, há inúmeros casos a serem levantados, que esse trabalho parlamentar poderá desabrochar. Inclusive, em singulares, como a COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE RONDON LTDA— COPAGRIL—, que encerrou o Balanço Geral de 31 de dezembro de 1978, com a Conta Prejuízos Acumulados apresentando um valor altíssimo de Cr\$ 68.713.469,69 (sessenta e oito milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e sessenta e nove centavos). Rateada tal importância entre os consócios, a conclusão triste: cada associado deverá arcar com um prejuízo de Cr\$ 15.372,00...

— CONVOCAÇÃO

Por todas as razões expostas e tantas outras que existem, é imprescindível que a Assembléia Legislativa do Paraná, se pronuncie a respeito, instalando uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O COOPERATIVISMO PARANAENSE, para que seja possível contribuir decididamente, de um lado, quanto ao retorno do movimento cooperativo a seus pressupostos doutrinários, de outro, para que sejam esclarecidas as denúncias aqui contidas e as demais que surgirão, tudo significando a EXTREMA GRAVIDADE em que se encontra o sistema em nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamamos todos os Parlamentares desta Casa de Leis, bem como aqueles que, de boa-fé, estão preocupados com tal quadro angustiante, para que dêem apoio a presente iniciativa, que antes de mais nada, OBJETIVA CONTRIBUIR COM A EXTRAORDINÁRIA CAUSA DO COOPERATIVISMO VERDADEIRO, mais do que nunca válido e necessário, desde a reestruturação agrária até a afirmação do complexo de atividades agrárias ou onde o sistema se aplica.

CONTAMOS COM TODOS.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 34/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurada a nomeação para o cargo inicial de carreira de Delegado de Polícia, dispensadas as formalidades legais pertinentes, de quem haja ocupado por mais de 5 (cinco) anos, ininterruptos ou não, Delegacia de Polícia por Resolução da Secretaria de Segurança.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1979.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICAÇÃO:

Nas pequenas comunas do interior do Estado as Delegacias de Polícia, usualmente, são ocupadas por pessoas do lugar, em geral renomadas, embora de diversificadas condições intelectuais e financeiras.

Tais pessoas, para o exercício do cargo, gozam de prerrogativas e competências assemelhadas aos dos Delegados

de carreira, designados geralmente para os centros maiores.

É freqüente a sua permanência, durante anos consecutivos, em Delegacia de Polícia, não sendo rara, também, certa rotatividade no cargo, isto é, nomeações e dispensas intercaladas.

De qualquer forma, dedicando-se ao cargo, seguidamente ou com soluções de continuidade, essas pessoas descuidam de suas atividades particulares, não zelam pelas suas fontes de renda, o que redundará em situação de dificuldade quando lhes é negada permanência na Delegacia, por não gozarem de qualquer garantia.

A medida que propomos é justa, quer-nos parecer, e para ela pedimos a aprovação dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI N.º 35/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná,

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1979.

(a) Werner Wanderer.

JUSTIFICATIVA:

O SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S., de Marechal Cândido Rondon, foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei n.º 1.303, de 25 de setembro de 1978. É uma entidade de caráter beneficente que trabalha em favor da população rondonense menos favorecida. Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de subvenções de órgãos públicos. Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

PROJETO DE LEI N.º 36/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matelândia o imóvel de propriedade do Estado, constituído do lote de terras urbano número 10 (dez) da quadra n.º 58 (cinquenta e oito), com a área de 2.700m² (dois mil e setecentos metros quadrados), com frente para Avenida Borges de Medeiros, medindo 45m; de um lado, com Avenida Dalcanale, medindo 60m da frente aos fundos; de outro lado com partes restantes dos lotes n.ºs 6 e 9, da mesma quadra, medindo 60m da frente aos fundos; e aos fundos com os lotes n.ºs 3 e 4, da mesma quadra, medindo 45m; - Lote de terras urbano n.º 4 (quatro), da quadra n.º 58 (cinquenta e oito), com a área de 800m² (oitocentos metros quadrados), com frente para a Avenida Paraná, medindo 45m; - Lote de terras Avenida Dalcanale, medindo 40m da frente aos fundos; de outro lado, com o lote n.º 3, medindo 40m da frente aos fundos; e aos fundos, com o lote n.º 6, medindo 20m; ambos os imóveis, estão situados no perímetro urbano de Matelândia, nesta Comarca, sem benfeitorias, registrado sob o n.º 13.238, das fls. 01/02, do Livro 3-M, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O citado imóvel que se pretende seja doado ao Município de Matelândia, foi doado ao Estado pelo Município para fins de construção de uma escola, porém em razão da sua localização não se adaptar para construção da referida escola, o próprio Município doou outro imóvel no qual foi construída a Escola que hoje funciona como Grupo Escolar Bom Bosco.

Nestas condições o citado imóvel ficou sem sua utilização para o Estado e em razão da Prefeitura de Matelândia se propor a construir naquele imóvel uma praça para lazer e canchas de esportes que muito servirá aos munícipes de Matelândia.

Razão pela qual estamos apresentando o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 37/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficadeclarado de utilidade pública o ALBERGUE NOTURNO CASA DO CAMINHO — com sede e foro na cidade de Apucarana, Estado do Paraná,

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

O ALBERGUE NOTURNO CASA DO CAMINHO de Apucarana, é uma entidade de caráter beneficente que trabalha em favor da população apucaranaense menos favorecida. Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de subvenções de órgãos públicos. Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tive oportunidade de conversar com meus companheiros de bancada para trocar idéias sobre o que vou relatar neste exato momento.

Entendo que estamos conduzindo esta Casa, este Poder, as duas bancadas, a dias difíceis, imprevisíveis.

O diálogo entre os Srs. Deputados tem sido realizado em termos de alta incompreensão, muito nervosismo, o que tem permitido que os ânimos se acirrem, trazendo profundos desgostos a nossa bancada e, com certeza, também à bancada da ARENA.

Acho que é hora de nos desarmarmos, hora de haver respeito, respeito mútuo, sem o que, não chegaremos a lugar algum.

Eu, amigo incondicional do Deputado Erondy Silvério, convivo com ele, aqui, desde 1966, Deputado combativo, atuante, inteligente, grande Líder da Aliança Renovadora Nacional, a quem faço um apelo, neste momento: o Deputado tem astúcia, tem vivência, tem condições excelentes para responder as críticas feitas por Deputados de nosso Partido em termos éticos, em termos parlamentares.

Tenho certeza que Sua Excelência haverá de entender o meu apelo, para que exista compreensão, e possamos todos colaborar com o eminente Deputado Fabiano Braga Côrtes, que preside esta Casa, para que ele tenha condições, meios mais eficazes de fazer com que possamos chegar ao nosso destino comum que é o de legislar em termos de Paraná, de pensarmos em termos eminentemente paranistas.

Acredito que, com a compreensão do Sr. Líder da ARENA, com a compreensão do Líder do nosso Partido, mesmo que nossos Deputados, às vezes, no calor dos debates, no ardor de um pronunciamento feito, sejam mal interpretados, mas os Srs. Deputados da ARENA poderão, em contrapartida, revidar as críticas dos Deputados do MDB sem ir para ofensas pessoais, o que tem causado dissabores profundos a todos nós. Tenho ouvido comentários, fora desta Casa, comentários do povo, amigos que me interpelam, - creiam, Srs. Deputados - isto traz

uma imagem negativa ao nosso Poder.

Então, queria fazer este apelo - eu e o Deputado Domício Scaramella, somos os mais antigos de nossa bancada. Acho que é hora de haver compreensão, de haver respeito.

Permitamos que Deputados digam aquilo que sentem, aquilo que querem dizer, aceitamos a defesa dos Deputados da ARENA - não estou falando em nome dos Deputados do MDB, quero deixar bem claro, não estou autorizado, falo em meu nome pessoal, falo em nome de Nelson Buffara, respondendo pelo que estou falando, neste momento, não tenho autorização do Líder para falar em nome da nossa bancada - mas acredito que, se isso não ocorrer, se isso não acontecer, não teremos condições de entender a abertura política que o Governo Federal está preconizando, está querendo pôr em prática.

Abertura política é liberdade, liberdade de expressão.

Faço este patético apelo aos Srs. Deputados.

Fiz questão de ser o primeiro, orador inscrito no dia de hoje para evitar esse acirramento tão desnecessário, tão inválido para os Deputados e para o Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado, para se eleger, precisa de votos, e, em busca de votos, ele defende idéias, ele expõe ao seu eleitorado, aquilo que pretende fazer; caso ele seja eleito, o Deputado - segundo o nosso entendimento - nada mais é do que um advogado, do que um defensor do povo, um advogado, um defensor que expresse, no Parlamento, as suas vontades e, lute pelos seus direitos e defenda as suas idéias; o Deputado nada mais é, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do que um porta-voz, do que o homem que recebe o mandato do povo. E como tal, ele tem o dever e a obrigação de ser fiel a este mandato, de ser fiel a esta confiança, agindo, sempre, com decência e com dignidade e, antes de mais nada, com coerência.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós hoje nos sentimos na obrigação de usar a tribuna desta Casa, usá-la hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para corresponder à confiança do meu povo, para defender interesses legítimos da minha gente e, ao fazê-lo, gostaria de fazer uma denúncia a esta Casa e ao Paraná.

Denúncia de injustiça. Denúncia de discriminação. Denúncia de perseguição praticada por um Prefeito insensível e desumano, que não tem condições, ao agir assim, de se conduzir como Chefe do Executivo da minha querida Bela Vista do Paraíso.

Bela Vista, você que é Cidade, vive a vida do ex-Governador Jayme Canet, você tem sofrido muito por isto, Bela Vista! Você tem pago tributos caríssimos por isto, porque, você teve a sorte, ou a infelicidade, de ser o ex-Governador, homem com propriedade naquele município.

Mas o que acontece em Bela Vista do Paraíso?

Noventa dias, mais ou menos, antes das eleições próximas passadas, o ex-Governador Jayme Canet Júnior, distribuiu micro-ônibus para as Prefeituras da ARENA, não distribuindo micro-ônibus para as Prefeituras do MDB e eu faço esta exposição porque aqui represento quatro prefeituras da Oposição, que não receberam micro-ônibus, visível demonstração de que esses micro-ônibus foram distribuídos para se fazer política em época eleitoral e hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que vemos em Bela Vista é exatamente isto: o micro-ônibus destinado a Bela Vista, para transportar escolares do Distrito de Santa Margarida à sede que é Bela Vista. Este micro-ônibus, não permite, através do seu Prefeito que se transporte estudantes escolares, cujos pais pertençam ou são adeptos do Movimento Democrático Brasileiro. Isso é uma injustiça, isto é um fato muito grave porque o ônibus, para lá, se foi mandado

para fazer política, pelo menos, depois das eleições, deveria ser utilizado para toda a comunidade.

É esta, Senhor Presidente, a minha denúncia e aproveitamento desta tribuna, para fazer um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação do Paraná, para que coíbam este abuso, para que não permitam esta discriminação, a filhos, escolares, de homens que são adeptos do Movimento Democrático Brasileiro, porque entendemos que se assim agirem estarão fazendo nada mais, nada menos, do que justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem nós apresentamos um requerimento, pedindo um voto de congratulação à eleição do Sr. Seabra Fagundes, à Presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e nós assim o fizemos, porque vemos na eleição de Seabra Fagundes, a garantia de que o trabalho que foi desenvolvido sob a Presidência de Raimundo Faoro, continuará. Seabra Fagundes se comprometeu também a continuar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, Senhor Presidente.

Então, é mais um vermelhinho, que se soma a tantos outros como Evaristo Arns, como os homens da Associação Brasileira de Imprensa, como líderes que estão, por todo este país, a clamar por essa anistia ampla, geral e irrestrita, e um dos compromissos dos dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, é fazer com que se extinga a triagem ideológica que inclusive, aqui no Paraná, a nível estadual, dando-se cumprimento a um dispositivo que foi baixado pelo ex-Presidente Geisel, foi eliminado.

O INAMPS do Paraná extinguiu esta semana, o seu serviço de segurança e informações, atendendo orientação de um decreto assinado por Geisel, no penúltimo dia de seu mandato, e que dava um prazo de trinta dias para o desaparecimento desses setores a nível nacional.

A informação é de funcionários do INAMPS que ontem, em Curitiba, admitiram que o serviço era responsável por uma triagem de caráter ideológico dos candidatos a cargos no Órgão. A existência desse serviço se tornou pública em outubro de 1977, quando o médico Paulo Gustavo de Carvalho, de Paranaguá, impetrou mandado de segurança, contra o Instituto que o demitiu depois de haver descoberto que o atestado ideológico fornecido na admissão havia sido liberado por equívoco, pela DOPS.

Mas no exato momento em que vemos, a queda dessa exigência de triagem ideológica, no mesmo instante em que vemos a queda da denúncia vazia, nós não podemos deixar de dizer que outras denúncias vazias estão sendo feitas, inclusive aqui dentro desta Casa, porque alguém, numa verdadeira gula de patrulheiro ideológico, numa gula inquisitorial vem levantar, assacar contra a honra de Deputados do MDB, e mais especificamente em relação a este Deputado.

Tenho a dizer a esta Casa de que, desde criança praticamente me somei aos lutadores pela democracia e pela liberdade, neste País, e ainda finasiano tenho orgulho de dizer que escrevia nos muros de várias cidades do Paraná, "Viva a PETROBRÁS", "O petróleo é nosso"; e a nossa presença se fez constante em todos estes anos, ao lado dos estudantes, dos trabalhadores. E quando nós pemimos anistia ampla, geral e irrestrita, alguém também diz que não se deve dar anistia a terroristas, a assaltantes de bancos.

Mas eu pergunto a esta Casa: Quem é que está sendo terrorista? Conheço um caso de um velho trabalhador, nacionalista convicto e religioso, que lutava em favor da libertação social, econômica e política neste País, e no enfrentamento com a ditadura instalada foi preso, torturado e morto. E o seu fi-

lho, nos bancos estudantis quando se somou aos outros patriotas também foi preso, torturado e morto. E um irmão deste que foi...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamentar informar ao nobre Deputado, mas infelizmente o tempo é improrrogável, nobre Deputado. Eu pediria ao nobre Deputado que compreendesse a decisão da Presidência, mas o tempo é improrrogável.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Trinta segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere trinta segundos para o nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Este moço que teve o pai e o irmão levados à morte por uma ditadura, se desesperou, porque praticaram terrorismo, isto sim, em cima dele e ele não é um terrorista. Não tinha outro caminho e hoje...

(TÍMPANOS)

O SR. WALDYR PUGLIESI — ... Sr. Presidente a nossa luta vai continuar e agradeço a deferência de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário das lideranças, consulto a liderança do MDB. Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta sexta-feira, a nossa presença nesta tribuna diz respeito a um requerimento, de um assunto que há muito tempo nos tem levado a pesquisar, a analisar, e que motivou, por fim, o requerimento para se constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, objetivando analisar o Cooperativismo do Paraná em seus aspectos específicos e genéricos.

E eu me permitiria, Sr. Presidente, fazer aqui a leitura de alguns aspectos deste requerimento. Ao subscrevermos a petição, nós evidenciamos a necessária análise do sistema cooperativista existente no Paraná, acertos e desvios existentes, atropelos aos ditames filosóficos e doutrinários, perspectivas gerais do movimento, incluindo-se estudo pormenorizado da Cooperativa Central e Regional Iguaçu Limitada, COTRIGUAÇU, e sua realidade enfática, sendo que, para melhor avaliação da grave questão, pede-se que esta CPI tenha duração de cento e oitenta dias, compondo-a dado a importância da matéria, necessárias apreciações e sugestões conclusivas, num total de onze membros, cuja fundamentação se embasa nas razões contidas nas justificativas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já com mais de vinte e três Deputados subscritos deste requerimento, desta petição, nós queremos dizer que são várias as razões que fundamentam específica e genericamente essa proposição. Eu aqui diria preliminarmente, que em sendo um movimento cooperativista, de vital importância ao Paraná e ao Brasil, por força da grandiosidade da causa filosófica-doutrinária de expectativas quanto ao futuro, ante a realidade antes existente, faz por merecer por parte deste fórum de idéias de todos os coestaduanos, um debruçar quanto ao surgimento, desenvolvimento, atuações presentes e perspectivas das cooperativas. A seriedade do assunto, e extensão influencial, deve preocupar a todos, mesmo no Brasil, onde ainda se resente de uma conscientização do que pode fazer um movimento cooperativo bem encaminhado, em termos de projeção social com desenvolvimento comunitário reformista, harmônico e justo. E evolução material com um crescimento econômico despidido de privilégios ao capital, e da

exploração do antagonismo individual.

E até porque, nesse sistema cooperativo, o homem é visto como um valor social, humano e a nível de Nação.

Sr. Presidente, o movimento cooperativista tem possibilidade ideal de arregimentar e de educar como também desenvolver as virtualidades do Povo, propiciando a auto-suficiência necessária e perseguindo a independência econômica aspirada.

A razão maior disso tudo, e que entusiasmo ainda mais, é a determinação filosófica do cooperativismo, embaçadora dos ditames doutrinários e ideológicos que o sustentam, em que pese os graves atropelos a tais pressupostos, evidenciados no dia a dia, face à maneira como vem sendo conduzido. Começa então, a justificação clara do que propomos, a justificação de convergir atenções para o tema, na certeza de que, aprofundados todos os aspectos do sistema, numa visão crítica reflexiva, se estará dando enorme contribuição, aos urgentes e importantes ajustes que a realidade está a exigir.

A temática como todos sentem, por si só permitiria viabilizar a pretensão parlamentar. Mas, nos cabe a promoção pesquisada e detalhada para o perfeito encaminhamento e conclusões da Proposta.

Para tanto, é prático desdobrar os estudos sob uma ótica genérica e outra específica. Na primeira colocação imperiosa sobre o que está ocorrendo em quase todas as Cooperativas e na segunda especificamente, perquirir a situação das Centrais e determinadas singulares com destaque, para a preocupante situação da COTRIGUAÇU.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dentro desta motivação genérica, a questão do cooperativismo, do movimento cooperativo implica ter em mente que o fim de todos os setores da economia cooperativista, é o aperfeiçoamento ético da humanidade, através de uma filosofia de ação, que leva à justiça social, à igualdade de oportunidades, e à elevação geral dos padrões de coexistência dignificada.

Cabe então, dentro deste pressuposto universalmente aceito dentro do movimento cooperativista, cabe cotejar os comportamentos das cooperativas, e este princípio basilar, detectando-se os primeiros e graves desvios das premissas e finalidades do movimento em referência. Por outro lado...

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado? (Assentimento). — Queria me parabenizar com Vossa Excelência pela oportunidade da apresentação desta CPI, com referência às Cooperativas.

Sou de uma região onde temos a maior Cooperativa do Paraná, e dizia eu, que é muito oportuna esta sua apresentação desta CPI, porque ela tem por escopo e por finalidade verificar de que as Cooperativas cumpram a determinação para que foram constituídas, que é de dar cobertura ao nosso agricultor.

E muitas Cooperativas, do Paraná e do Brasil, disvirtuaram os seus objetivos, entraram em campos onde não deveriam ter entrado e, especificamente, é o caso da COTRIGUAÇU, de onde a Cooperativa de Campo Mourão, a COCAMO, retirou-se por não concordar com determinadas transações efetuadas pela diretoria da COTRIGUAÇU, na oportunidade.

Muito oportuno e quero me parabenizar mais uma vez, pelo brilhantismo da exposição de Vossa Excelência. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu que agradeço, ilustre Deputado de Campo Mourão e a COCAMO, que é a primeira cooperativa singular do Paraná e a segunda do Brasil, se retirou da COTRIGUAÇU e, só isto, já fundamentaria a necessidade de uma CPI. Mas eu continuo, Sr. Presidente.

Por outro lado, as Cooperativas possuem condições - e são as esperanças derradeiras de destruir os monopólios de produtos essenciais, bem como de qualquer tendência monopolista, principalmente as de cunhagem multinacional. Não obstante, muitas Cooperativas se vincularam aos monopólios, inclusive em termos de implantação de culturas sob domínio

de interesses alienígenas.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência me permite um aparte, oportunamente?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com muito prazer, em seguida darei este aparte.

Ademais, as Cooperativas são o grande, eficaz e quase único instrumento para defesa dos agricultores contra interesses privados, a **rigor espoliativos**, dos intermediários. Todavia, vemos hoje uma insatisfação generalizada nos quadros associativos das Cooperativas, originada na omissão ante o concentracionismo patrimonial que se acelera, os descontos exagerados nos resultados do que se produz, as burocratizações das relações cooperado-cooperativa, produtividade social dos investimentos (a ser questionada seriamente) e sensível despreocupação com a própria estrutura agrária aviltante; hoje existente no Paraná.

Mas esse gradual afastamento das finalidades fundamentais do cooperativismo se avoluma cada vez mais, desde o preponderar excessivo dos valores econômicos sobre os sociais, endividamento crescente incompatível com a necessária eficácia econômica, projetos e obras aleatórias, muitas vezes, envolvimento exagerado de Órgãos oficiais, posicionamento político partidário, custos operacionais exagerados, altos privilégios funcionais, até o profundo distanciamento da verdadeira função social do movimento cooperativo, em especial do movimento Cooperativo do Paraná,

Acresce-se, pois, ser premente a consolidação de uma legislação cooperativista compatível com a importância e força do cooperativismo, sua natureza jurídica e finalidade de seus atos, para que possa efetivamente subsistir como um evolutivo organismo econômico-social, sem deformações impostas pelo meio ou pelas ordenações sistemáticas existentes. Contudo, haver incipiente estrutura jurídica disposta mais em meras disposições exparsas, a realidade está a exigir sua consolidação ou mesmo codificação, mas disciplinada rigidamente pela doutrina cooperativista, o que não está ocorrendo presentemente.

E as conseqüências são diversas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até mesmo quanto à definição de "Quem é Quem", no que diz respeito ao fomento, orientação, acompanhamento, avaliação de resultados. Havendo por vezes, justaposição de coordenadas e sobrestamentos de vistorias, normalmente com custos elevados e sentidos pelas cooperativas e pelo Governo.

O Sr. Valduga — Nobre Deputado, tão logo concluisse o seu pensamento, gostaria de apartear-lo em aditamento a coisas que estou achando realmente importante e oportunas; e talvez das mais importantes que esta Casa já tratou.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado.

O Sr. Valduga — E seu eu puder continuar, quero me congratular, porque conheço, vivo o ambiente cooperativista e nós já tínhamos percebido que efetivamente está havendo assim, uma distorção nos propósitos cooperativistas, em que chega a um disvirtuamento das finalidades. E a gente que vem do interior, sabe da importância e da necessidade. Eu conheço o cooperativismo assim por vivê-lo com intensidade e estou vendo com tristeza que lamentavelmente está ocorrendo isso.

Casos, não vimos aqui situar ainda "a priori", mas deve realmente haver assim um interesse bem amplo, desapaixonado e sério, com relação ao problema; e desde já me alio à esta causa que é de grande importância para o Estado e para a Nação, principalmente o Paraná, juntamente com o Rio Grande do Sul, o Sul de Mato Grosso, que vivem a agricultura no cooperativismo. E se vê o agigantamento, que não sei se serve, enfim, ao interesse último, que é o atendimento ao agricultor.

Isto aí, lamentavelmente está ocorrendo. Daí porque tem a minha solidariedade e o meu empenho, inclusive em particular.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Deputado Valduga. Vossa Excelência acaba de trazer mais um testemunho e a preocupação própria dos homens de boa fé que

inteligentemente precisam se voltar para essas realidades que atingem a todos os paranaenses e a todos os brasileiros.

Muito obrigado pelo seu posicionamento.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Depois da manifestação do ex-Secretário de Estado, Valduga, nobre Deputado Friedrich, eu me sinto à vontade para dizer a Vossa Excelência que este trabalho que Vossa Excelência apresenta hoje nesta tribuna, deverá ser, estou antevendo isto, o trabalho mais sério desta Assembléia neste ano de 1979.

É importante, quando o Paraná muda totalmente o seu modelo agrícola, com os campos sendo esvaziados e tentou a sua produção voltada para interesses de mercado externo. Quando a sorte dos nossos lavradores passa a ficar na mão de meia dúzia de dirigentes, é importante que esta Assembléia - Casa que congrega legitimamente os representantes desse mesmo povo, é importante que esta Assembléia faça uma radiografia de corpo inteiro, de um sistema que tem que ser analisado.

Entendo uma CPI! Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, muito mais do que um Ato de Delação, um ato de apontar culpados, como um ato de investigação, investigação científica, que deve levantar fatos, causas e efeitos. Vossa Excelência aí está de parabéns e vem com esta atitude, redimir a imagem desta Assembléia Legislativa, tão arranhada, tão oprimida nestes últimos dias, por uma atitude de representantes populares, que não estavam a merecer efetivamente, sintonizando com as nossas necessidades. Vossa Excelência está de parabéns e tanto a bancada do MDB como da ARENA, tenho certeza, hão de estar ao lado desta investigação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado. Agradeço ao Deputado Renato Bernardi que, realmente merecem debruçar sério e profundo o problema cooperativista. De todos os Srs. Deputados paranaenses. Em que pese, confesso, a mesma opinião de que aqui não se está fazendo um processo inquisitorial, mas sim, objetivando uma colaboração de reencaminhamento do movimento, nos seus devidos canais e pressupostos doutrinários.

Este é o grande fundamento. Em que pese eu entender também, Srs. Deputados, que o cooperativismo ainda é extremamente válido, mas ele está totalmente desvirtuado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado que tem meio minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, seria praticamente impossível, porque agora é que nós entraríamos nas motivações específicas. Mas, tomaria rapidamente esses trinta segundos com uma prorrogação possível de horário novo para...

Mas, Sr. Presidente, "feitas estas considerações genéricas que aqui colocamos, nós queremos dizer desses gravíssimos reajustes e comprometedores comportamentos de liderança e sua capacitação. Em que pese não se pretender expor um roteiro particularizado, fundamentalmente Sr. Presidente e Srs. Deputados, há que se fazer um levantamento, manifestar-se e verificar o surgimento, por exemplo, da COTRIGUAÇU, a realidade atual, o projeto de colonização com aquisição de área, com valor discutível e de valor ainda mais discutível, e operações ruins com gravíssimos prejuízos para os agricultores, e que tem se generalizado num comportamento expansionista desta central, sem embasamento, sem estrutura administrativa, sem estrutura filosófica, e, acima de tudo, num gigantismo que prejudica os interesses maiores dos agricultores.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente. Quero invocar a liberalidade da Mesa, para que desse por lido todo o pronunciamento e toda a justificativa do requerimento que embasa a CPI apresentada pelo Deputado Nelson Friedrich, tendo em vista a exigüidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere a solicitação do nobre Líder.

O SR. NELTON FRIEDRICH — COTRIGUAÇU. No Oeste do Estado, os primeiros passos do cooperativismo surgiram em 1963, passando a multiplicação de singulares no final daquela década, todas desenvolvendo rápido processo de implantação. Dentro do chamado Projeto Iguaçu de Cooperativismo, envolvendo o Oeste e Sudoeste, surgiu, em poucos anos, a Cooperativa Central Regional Iguaçu Limitada - COTRIGUAÇU, passando logo a integrar os singulares de Cascavel, Toledo, Palotina, Mal. Cândido Rondon, Campo Mourão, Medianeira, Capanema e Cafelândia, agrupando quase 27 mil associados, espalhando-se a área de influência em mais de sessenta municípios. As áreas cultivadas chegaram a mais de 700 mil hectares. Hoje, tais números não retratam mais a realidade, pois a COAMO - Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., a maior singular do Paraná, se afastou da Central, exatamente em razão das irregularidades ocorridas e prioridades frustradas, conforme se deduz do conteúdo da histórica decisão, tomada em Assembléia Geral Extraordinária, efetivada em 17/11/78 (aqui anexada, fase sua importância documental). Um ano após sua constituição e expansionismo desvairado, a COTRIGUAÇU já precipitava grave processo de deterioração das premissas pelas quais se propunha a lutar, acumulando visíveis erros administrativos, falhas sociais e inversões de prioridades, tudo aguçando progressivas crises internas, para depois surgirem no âmbito público; resumidamente, alguns aspectos traduziram a gravidade da situação, como por exemplo: Operações Ruinosas - entre outras, duas operações estão a exigir explicações sérias a todos os consócios e ao povo do Paraná.

A primeira, diz respeito à FINAGRAIN, cuja transação implica em US\$ 4,9 milhões - mais de noventa milhões de cruzeiros -, débito objeto de medida judicial em tramitação na Suíça, sede da organização multinacional. Em que pese as diversas Notas Oficiais emitidas pela COTRIGUAÇU, que procuram sempre desmentir qualquer débito e litígio, dando-se idéias de ser produto de "uma indústria de boatos" que objetivava prejudicar a Central, sabe-se, e os jornais já publicaram, que está em fase final de entendimentos uma composição entre FINAGRAIN e COTRIGUAÇU, para solução da questão, propondo à Central pagar parte em serviços, através do Terminal Marítimo de Paranaguá (aliás, uma das coisas mais sérias feitas pelas cooperativas consorciadas).

A segunda, diz respeito a uma possível operação de "hedging" realizada na Bolsa de Chicago, cujos resultados financeiros entregaram clandestinamente no Brasil, ao que consta, sendo rateados entre grande parte das singulares, para se evitar publicidades comprometedoras (as conclusões deste caso, merecem apurada ação investigatória por parte da CPI, para surgimento da verdade).

Projeto de Colonização

A aquisição de uma grande área na Amazônia Legal, para efeitos de colonização por parte da COTRIGUAÇU, nas condições em que se ajustou o negócio, representa mais um palpitante desequilíbrio administrativo. Em 13 de dezembro de 1977, o INCRA endereçou ofício à COTRIGUAÇU, colocando áreas disponíveis discriminadas, ou ainda em processo de discriminação, à inteira disposição, para ser implantado um projeto de colonização. Como havia surgido uma opção para aquisição de área particular, pertencente à OTSAR Empreendimentos S/A, num total de um milhão de hectares, num custo final de Cr\$ 485.000.000,00 (Quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), em que pese, surgiram outras propostas privadas, com preço cinquenta por cento menor do que a da OTSAR S/A, apesar de haver diversos representantes das singulares, em diferentes reuniões sobre o assunto, se recusado a apoiar tal empreendimento, entendido como

faraônico e essencialmente oneroso. Por insistência de alguns diretores, foi celebrado o negócio. Além do mais, há sérias reservas quanto à qualidade das terras adquiridas, distantes de comunicação, difícil acesso e até questionamento possessório passou a existir, pois a firma vendedora teria inadimplido quanto ao contrato que fizera com o Governo do Estado do Mato Grosso do Norte, não realizando em tempo hábil a colonização prometida, transacionando a área de um milhão de hectares para a COTRIGUAÇU, buscando escapular ao ajustado.

Outras investidas expansionistas também foram concretizadas ou tentadas, como a CORRETORA DE SEGUROS constituída pela COTRIGUAÇU, FINANCEIRA felizmente não montada, aquisição exagerada de veículos também evitada, etc. Enquanto a industrialização, efetivamente tempestiva e improtelável, continua em ritmo estacionário.

Aliás, há inúmeros casos a serem levantados; que esse trabalho parlamentar poderá desabrochar. Inclui-se em singulares, como a Cooperativa Agrícola Mista de Rondon Ltda - COPAGRIL, que encerrou o Balanço Geral de 31 de dezembro de 1978, com a Conta Prejuízos Acumulados apresentando o valor altíssimo de Cr\$ 68.713.469,69 (sessenta e oito milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e sessenta e nove centavos). Rateada tal importância entre os consócios, a conclusão triste: cada associado deverá arcar com um prejuízo de Cr\$ 15.372,00.

Convocação

Por todas as razões expostas e tantas outras que existem, é imprescindível que a Assembléia Legislativa do Paraná, se pronuncie a respeito, instalando uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense, para que seja possível contribuir decididamente, de um lado, quanto ao retorno do movimento cooperativo a seus pressupostos doutrinários; de outro, para que sejam esclarecidas as denúncias aqui contidas e as demais que surgirão, tudo significando a EXTREMA GRAVIDADE em que se encontra o sistema em nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conclamamos todos os parlamentares desta Casa de Leis, bem como aqueles que, de boa fé, estão preocupados com tal quadro angustiante, para que dêem apoio à presente iniciativa que, antes de mais nada, OBJETIVA CONTRIBUIR COM A EXTRAORDINÁRIA CAUSA DO COOPERATIVISMO VERDADEIRO, mais do que nunca válido e necessário, desde a reestruturação agrária, até a afirmação do complexo de atividades agrárias ou onde o sistema se aplica.

Contamos com todos".

O SR. PRESIDENTE — Dentro do horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "No ocaso deste Século XX, não se concebe a existência de um Poder Único, sem o poder representativo. Com a concepção hoje aceita pacificamente por todos que o Poder tem a sua origem no povo e este povo dele deve participar através de representantes.

São países desenvolvidos, são países em desenvolvimento, são povos que lutam para sair do subdesenvolvimento; são regimes democráticos e socialistas, e até ditaduras, que buscam resgatar seus atos no povo.

Diversas são as formas que os povos se organizam, diversas são as maneiras como se escolhem os dirigentes, e como se delegam os poderes para os representantes. De modo geral, aglomerando tendências, ideologias, até credos diferentes, os que sentem a vocação para timonear povos ou parcelas deles, unem-se em partidos políticos.

Classificam os estudiosos da sociologia política e os ideólogos dos partidos, em três grupos, as agremiações polí-

ticas: são partidos de quadros, partidos de massa e partidos indiretos.

Os partidos de quadros, buscam abrigar em suas hostes a elite, mais a qualidade do que a quantidade. São em geral, os partidos liberais e conservadores dos países adiantados. Eles atuam ora de forma fechada, quando existe disciplina de voto, ora flexíveis, sem a disciplina de voto.

Os partidos de massa, são invenção dos movimentos socialistas, fascistas, comunistas, e dos países subdesenvolvidos, e os regimes militaristas.

De modo geral, eles buscam a quantidade e uma pequena elite é que os comanda. São partidos rígidos, onde a disciplina do voto é uma questão fechada.

Existem os partidos intermediários, entre o partido de quadro e o partido de massa, mesclam posições de ideologias, filosofias e, de modo geral, são de uma linha mais ou menos indefinida em sua atuação.

De modo geral, são partidos menores que, de forma permanente ou passageira, unem-se aos grandes partidos. Estes existem em quase todos os países do Ocidente, e mesmo nos países socialistas.

Não pretendo entrar numa análise teórica dos partidos, quer do Ocidente, quer do Oriente. Um fato merece a atenção: todos eles, de uma forma ou de outra, buscam o poder, se o detêm, procuram manter-se. Se não são os detentores dele, buscam conquistá-lo.

Intenção minha, em data de hoje, é mostrar os primeiros delineamentos sobre nossos sistemas de representação. É óbvio que vou me ater ao sistema atual do bi-partidarismo, o que não invalida a idéia, se proceder-se a mudança para o pluripartidarismo. No atual quadro partidário - ARENA e MDB - Situação e Oposição, sentimos que eles ainda não chegaram a se cristalizar plenamente. Isto talvez se deva ter, em sua origem, sem o respaldo da base ideológica, doutrinária, e mesmo pragmática, mas foram criados de cima para baixo.

Hoje, a melhor configuração da ARENA e do MDB, é qualificá-los como legenda para captação de votos, e situar-se na defesa do Governo, ou na oposição ao mesmo.

A meu ver, o tempo vai se encarregar de dar a verdadeira moldura aos mesmos, e vai-lhes propiciar a oportunidade de se conscientizarem dos verdadeiros partidos políticos, com programas definidos, embasados em filosofia e ideologia, e com programas mais profundos para o desenvolvimento do Brasil.

Há 5 anos, fomos convocados para usarmos a nossa imaginação criadora, para subsidiar a criação de um modelo político brasileiro, aquele que se coadune com a nossa índole, nossa formação histórica, e nossa tradição cristã e liberal.

Inúmeras foram as sugestões, várias propostas de eminentes brasileiros que, certamente, um dia merecerão estudo, e poderão ser incorporados aos estatutos partidários.

Despretensiosamente, desejo trazer a minha colaboração, em forma de sugestão ao nosso processo eleitoral.

Trago, em forma de esboço, a possibilidade de ser inserida em nossa legislação, a suplência de Deputado Federal, Estadual, e para Vereador. A suplência já existe em nossa legislação, para Presidência da República, Governador de Estado e Senador, bem como para Prefeitos Municipais".

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado João Mansur, é com satisfação que vejo a preocupação de Vossa Excelência, em discutir esses assuntos aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Porque, no meu entendimento, as mazelas que existem neste País, são, todas elas, derivadas de uma causa maior que é a falta de democracia no País.

Vossa Excelência, com o seu pronunciamento, que eu acho de grande importância, de grande valia, veio trazer para toda esta Casa, a não concordância daquilo que, ainda ontem

foi dito aqui, quando o nobre Líder da ARENA dizia o seguinte:

"Porque entendemos esse não ser um comportamento político lúcido. Perde a conciliação de vista; é sobretudo, intransigente, e não busca o bem da comunidade. Muito ao contrário, alimentar aqui um continuado debate sobre ideologias, instituições históricas brasileiras, revela até aleijão vocacional.

Estamos numa Assembléia Legislativa Estadual, Nossa obrigação é legislar sobre assuntos de nossa competência, e não ficar exercitando oratórias que, talvez, ficassem bem no Congresso Nacional".

Vossa Excelência, com o pronunciamento de grande importância que faz, nega tudo aquilo que foi colocado, deixando para esta Casa, a satisfação de ver que, mesmo dentro da Bancada de Vossa Excelência, não existe a ditadura de se impor um comportamento.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero alertá-lo para o fato de que trouxemos este assunto à consideração desta Casa, porque pertencemos a este Poder Legislativo.

E aproveito a oportunidade, para me apresentar talvez aos mais novos, como homem que iniciou a sua vida pública no primeiro degrau, como Vereador da Câmara Municipal da minha cidade; como Prefeito Municipal também da minha cidade, na condição de candidato único apoiado por 8 partidos existentes àquela época; posteriormente, Deputado pela Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do meu Estado, também pelo voto direto do povo paranaense.

Se trago, prezados Senhores Deputados, este meu modesto pensamento, para receber de todos os Srs. Deputados adendo, e para que cada um dos Senhores Deputados, com sua cultura e com seu preparo, possam vir a melhorar esta nossa proposição, é porque tem a finalidade de podermos sensibilizar as autoridades maiores, no sentido de, alterando a nossa Lei Eleitoral, ser inserida esta nossa proposição, criando a suplência aos Deputados Estaduais, aos Deputados Federais e aos Vereadores que integram as Câmaras Municipais do nosso País.

Agradeço o aparte do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, e lamento não poder entrar nesses problemas pessoais que foram levantados ainda ontem nesta Casa, mas espero, como homem com quase 30 anos de vida pública, - e peço que me permitam fazer um apelo a esta Casa, à bancada do meu Partido - Aliança Renovadora Nacional - e à Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, aos homens que integram a Bancada da Oposição, que se harmonizem. Porque eu há tive a honra, graças a Deus, de dirigir, por duas vezes, este Poder Legislativo; já ocupei a Liderança do Governo e do meu Partido nesta Casa, e o fizemos com muita tranquilidade, e tivemos um entendimento muito alto.

Na Bancada de Vossa Excelência, nobre Deputado Waldyr Pugliesi, ainda há Deputados que poderão confirmar o que estou dizendo, e invoco o testemunho do Deputado Nelson Buffara. Tivemos aqui, Deputados aguerridos como Alencar Furtado, Álvaro Dias, todos numa compreensão alta, num entendimento alto.

Desejo dizer à Casa, que as discussões que estamos assistindo estes dias, não levam a nada; muito pelo contrário, vêm desprestigiar cada vez mais o Poder Legislativo que já está tão desprestigiado perante a opinião pública do Paraná.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, queria dizer que Vossa Excelência esqueceu o fundamental de sua vida pública, quando Vossa Excelência disse que foi um homem que veio de baixo, que começou pelo primeiro degrau, quando disse que foi Vereador, que foi Prefeito e que é Deputado pela Quinta Legislatura, mas esqueceu Vossa Excelência de dizer que foi Governador deste Estado, e que foi uma das grandes bandeiras pela luta democrática.

tica desta Nação, e que Vossa Excelência disputou em hora inoportuna, o cargo de Senador da República, pelo Partido do Governo, e eu falei para enaltecer a pessoa de quem está hoje na tribuna deste Poder, honrado ex-Governador, honrado Presidente deste Poder, por longo tempo.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao nobre Deputado João Mansur, que tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Presidente, eu nem iniciei ainda.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta, nobre Deputado, mas Vossa Excelência deve compreender que nós devemos cumprir aqui o Regimento Interno, e o horário às lideranças é improrrogável.

O SR. JOÃO MANSUR — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Ailton Cordeiro solicitou um aparte. Eu o concedo, porque infelizmente não posso findar, e me inscreverei numa próxima oportunidade, para dar seqüência ao meu pronunciamento.

O Sr. Ailton Cordeiro — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, e quero manifestar-me, neste instante, Deputado João Mansur, em primeiro lugar, por ver a preocupação de Vossa Excelência, ao trazer a esta Casa um assunto eminentemente político, e esta é uma Casa política, e eu julgo importante que os políticos participem ativamente de todos os assuntos políticos.

Em segundo lugar, porque Vossa Excelência assoma à tribuna nesta sessão, para trazer realmente a lucidez do seu pensamento, mesmo que eu não entre neste aparte que solicito a Vossa Excelência, no mérito da propositura que vai nos apresentar.

E quero, ao mesmo tempo, aqui endossar perfeitamente as palavras, as expressões de concorde a que Vossa Excelência pronunciou desta tribuna, porque julgo que coloquemos acima de posicionamentos pessoais, os valores superiores invocados por Vossa Excelência, e que devem merecer, de nossa parte, uma atenção toda especial.

É a experiência, é a vivência de Vossa Excelência, que nos ensina nesta manhã.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. JOÃO MANSUR — Eu é que agradeço o aparte do nobre

Deputado, e que parte de um dos jovens que muito o Paraná espera e que já deu demonstração do seu trabalho, do seu amor à causa pública, quando liderou a bancada da Câmara Municipal da nossa querida Curitiba, e agora, aqui nesta Assembléia Legislativa, eu tenho certeza que o nobre Deputado Ailton Cordeiro haverá de emprestar o brilho da sua inteligência e da sua capacidade, a fim de que este Poder Legislativo enalteça cada vez mais, e se projete perante à opinião pública de nosso Estado, e que possa, mais do isso, mostrar ao Brasil que aqui nesta Assembléia Legislativa, homens de todos os quadrantes, estão imbuídos das melhores das intenções, de levar avante o processo político, e mais do que isso, o processo de desenvolvimento do nosso querido Brasil.

Agradeço os apartes dos nobres Deputados, agradeço à Presidência, e espero que a liderança do meu Partido me conceda, numa outra oportunidade, o horário, para que eu possa concluir o meu pensamento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio-

mento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, objetivando analisar o Cooperativismo do Paraná. —

A Mesa solicita às Lideranças das Bancadas, que façam as indicações dos membros que comporão a referida Comissão. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 161/77, com fundamento no que dispõe o parágrafo 3º, do Artigo 102, da Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/69, altera o disposto no Artigo 130, da Lei nº 6174, de 16/11/70. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 161/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica alterado o disposto no Artigo 130, “caput” da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com fundamento com o que dispõe o parágrafo 3º, do artigo 102, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, concedendo-se ao funcionário público estadual que tenha prestado serviço a qualquer área federal, estadual ou municipal, o direito de contar, para todos os efeitos legais, o respectivo tempo de serviço prestado a qualquer um desses órgãos públicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 11/78, que declara de utilidade pública a “União Assistencial dos Servidores Públicos — UNIPUBLI”, com sede e foro nesta Capital. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 11/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a UNIPUBLI — UNIÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 22/78, que altera para “Pedra Branca de Araraquara”, a denominação do Distrito de Garuva, Município de Guaratuba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 22/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — O atual Distrito Administrativo de Garuva, do Município de Guaratuba, passa a denominar-se “PEDRA

BRANCA DE ARARAQUARA”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 44/78, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., entidade filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 44/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - S.O.S.”, entidade filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 52/78, que autoriza o Poder Executivo denominar Professora Maria Cintra de Alcântara, o Grupo Escolar de Tamarana, Município de Londrina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 52/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar GRUPO ESCOLAR PROFESSORA MARIA CINTRA DE ALCÂNTARA, o Grupo Escolar de Tamarana, localizado no Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59/78, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância”, com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 59/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 78/78, que declara de utilidade pública a “Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 78/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA

DO ESTADO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 80/78, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada pavimentada, de porte médio, entre as cidades de Nova Londrina e Terra Rica e dá outras providências. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 80/78**

A Assembléia Legislativa do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada pavimentada de médio porte, entre as cidades de Nova Londrina e Terra Rica, passando por Itaúna do Sul e Diamante do Norte.

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, da publicação da presente Lei, determinará à Secretaria competente, para que tome as providências legais, e demais atos complementares necessários à consecução do objetivo aqui fixado.

Art. 3.º — Para cobrir o custo da obra prevista na presente Lei, o Poder Executivo usará recursos orçamentários destinados ao setor rodoviário, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114/78, que denomina Deputado Benedito Lúcio Machado, a estrada que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 114/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada RODOVIA DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO, a estrada que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina ao Distrito de Platina, no mesmo município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 122/78, que declara de utilidade pública a “Associação de Assistência Social Evangélica de Carambei”, com sede e foro no Município de Castro. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 122/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CARAMBEI, com sede e foro em Carambei, Município de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 133/78, que declara de utilidade pública a “Associação Beneficente Santa Madalena Sofia”, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 133/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA MADALENA SOFIA**, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) **EZEQUIAS LOSSO** — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 134/78, que declara de utilidade pública o “Recanto dos Velhinhos de Cianorte”, com sede na cidade de Cianorte. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 134/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “**RECANTO DOS VELHINHOS DE CIANORTE**”, com sede à Rua Curitiba, n.º 1906, na cidade de Cianorte — Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) **EZEQUIAS LOSSO** — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 161/78, que declara de utilidade pública as “Obras Sociais Ibema”, com sede no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 161/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública as **OBRAS SOCIAIS DE IBEMA**, com sede e foro na Distrito de Ibema, Município de Catanduvas.

Art. 1.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1979.

(aa) **EZEQUIAS LOSSO** — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 172/78, que declara de utilidade pública o “Dag-Seg - Clube - Turismo e Previdência”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 172/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o **DAG-SEG CLUBE - Turismo e Previdência**, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) **EZEQUIAS LOSSO** — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo as providências cabíveis, no sentido de viabilizar a construção do Quartel do

2.º Batalhão da Polícia Militar em Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências visando melhorias no acesso rodoviário BR-153 - Destilaria de Alcool Major Infante S/A. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, no sentido de urgenciar a conclusão das obras de asfaltamento do acesso que liga o Distrito de Cafelândia D'Oeste à BR-369. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de incluir no plano de pavimentação asfáltica a estrada que liga Maringá a Bom Sucesso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam denunciadas as irregularidades ocorridas no convênio daquela Secretaria de Estado e Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso, referente ao MICRO-ÔNIBUS, para transportes de escolares. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, no sentido de que seja afastado o atual Comandante do 10.º Batalhão da Polícia Militar de Apucarana. — **Em discussão.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade e apoio à Comissão Mixta Pró-Construção da Ponte Internacional sobre o Rio Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, encaminhando sugestão ao Sr. Governador do Estado, com referência à criação do FUNDEP. — **Em votação.**
O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me extremamente válida esta colocação porque, a sugestão deste Fundo, inclusive agora trazido pelo ilustre Deputado Werner Wanderer, é objeto de um trabalho das associações comerciais do Oeste do Paraná. Nós que tivemos a possibilidade de participar da reunião em que as associações estiveram num temário especificamente deste assunto, mesmo porque somos ex-assessores jurídicos da Associação Comercial Industrial de Toledo e o atual Assessor Jurídico, preparou, com bases em estudos oriundos de Santa Catarina, a base do documento que hoje se encontra a título de sugestão ao Governo do Estado, que também proveio de Palotina e das outras Associações Comerciais que são formadas e constituem a Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná.

Então este documento, oriundo desta coordenadoria regional do Oeste do Paraná, em que nós tivemos a feliz participação na reunião preliminar que decidiu o encaminhamento desta proposta. Queremos nos solidarizar com este trabalho, porque é um grito do pequeno empresário do Oeste do Paraná, preocupado com o esvaziamento de capital e com a falta de

incentivo de capitalização de recurso àquela região.

E são felizes as Associações Comerciais do Oeste do Paraná e eu apoio esta iniciativa do Deputado Werner Wanderer, que vem encaminhar como sugestão ao Poder Executivo, para, canalizando o seu conteúdo, possa dar o encaminhamento necessário.

Válido o trabalho da Associação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado à Comissão de Organização Judiciária e ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a viabilização para a criação da Comarca de Campina da Lagoa. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, o requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, solicita a criação ou a viabilidade da criação e instalação da Comarca de Campina da Lagoa, cujo município nós temos alguma participação e sentimos na obrigação de registrar o nosso apoio a este requerimento com alguns esclarecimentos.

Campina da Lagoa, em 1973 teve o seu primeiro processo elaborado de reivindicação da Comarca. Ainda na administração do Prefeito, Dr. Celso. Foi, por entendimento do Tribunal na época, indeferida aquela pretensão do Município de Campina da Lagoa porque entenderam os Srs. Desembargadores, de que a Comarca ainda não preenchia as comissões necessárias, legais, para que fosse instalada a Comarca naquele município.

Há pouco tempo, aproximadamente há dois meses atrás, entendendo que Campina da Lagoa hoje, com o crescimento que teve, já preenchia as condições necessárias para que ali se instalasse a Comarca. Tomei a iniciativa de convidar o Prefeito daquele município que veio com alguns vereadores. Dirigimo-nos ao Tribunal de Justiça e lá fizemos reviver o processo que se achava e ainda se acha arquivado naquele Poder.

Está se elaborando, creio eu que já estão preparadas todas as certidões para a criação da Comarca de Campina da Lagoa, que será criada anexa com o Município de Nova Cantu, cuja Comarca, pela certidão que obtivemos do Juiz de Ubatã, representa 55% do movimento forense da Comarca de Ubatã, que Campina da Lagoa pertence.

E quando eu vejo que o nobre Deputado Darcy Deitos vem com um requerimento, somando a todo este nosso trabalho e a esta nossa luta, pela conquista da Comarca daquele município, eu só tenho a agradecer o nobre Deputado pela ajuda que ele demonstra através do seu requerimento, na intenção de que se crie ali, a Comarca, velha aspiração do povo de Campina da Lagoa. E, o meu voto é inteiramente favorável a este requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a ligação asfáltica da sede do Distrito de Luisiana, Município de Campo Mourão a PR-T-487. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, com sua

discussão adiada, solicitando abertura de um Escritório Regional da FAMEPAR, na cidade de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, com o apoio do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 26.º ano de fundação de "O Jornal de Maringá" — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao nobre Deputado José Domingos Scarpellini. — (Declina).

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agradeço a compreensão do nobre Deputado José Domingos Scarpellini em ter declinado de usar a palavra, a fim de que nós passamos concluir o nosso raciocínio.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, "a suplência já existe em nossa legislação para Presidente da República, para Governador do Estado e para Senador, bem como para os Prefeitos Municipais. Quer nos parecer que isto é uma prática benéfica, pois na ausência do titular, já existe o seu substituto, o que não traz solução de continuidade na administração e na vida parlamentar do Senado.

A extensão da suplência para os Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, a nosso ver, traz inúmeros benefícios para a representação popular.

Primeiramente, o número de candidatos seria o dobro do número de cadeiras existentes. Por exemplo, no momento temos 58 cadeiras na Assembléia Legislativa. Neste caso teríamos 116 candidatos da ARENA e 116 candidatos do MDB. Cada candidato teria os seus suplentes escolhidos pelo partido, em Convenção, para preencherem a primeira e a segunda suplência.

Em segundo lugar, deve-se considerar que no atual quadro político brasileiro e mais especificamente paranaense, nós temos uma espécie de representação regional, o que não quer dizer distrital, como já há sugestões neste sentido. Esta representação regional facilita ao Deputado o melhor conhecimento e conseqüente atendimento à Região e, por melhor conhecer a população, atender às necessidades do homem que habita a referida área.

A suplência teria a vantagem de, em caso de afastamento do titular para ocupar um cargo administrativo, facultado pela Constituição, sua renúncia ou mesmo morte, ocupar a vaga, conhecendo a região e conhecendo sua índole, pois o Paraná é diverso, étnica, econômica e politicamente de uma região para outra. O suplente, sendo elemento ligado à região seria o melhor substituto para que pudesse dar continuidade ao trabalho. Como se encontra hoje, um parlamentar do sudoeste, pode ser substituído por um suplente do Norte ou do Noroeste do Estado, que jamais chegará a conhecer os problemas da mesma região.

Outro fato importante é o fato do Deputado ter que se licenciar para tratamento de saúde, e não podendo ser convocado o suplente de acordo com a lei atual, fica então a sua região sem representante, e a Assembléia desfalcada de um dos seus membros.

Esta substituição, a meu ver, traz graves prejuízos para as populações que elegeram um conterrâneo, conhecido, amigo, terão que recorrer a um desconhecido, o que certamente levará bastante tempo até se acostumarem com um parlamentar que não elegeram, e que muitas vezes nem ouviram o seu nome.

Se levarmos esta tese para o seio das Câmaras de Vereadores, cabe o mesmo argumento, com a agravante que ela atenderia melhor os distritos, uma vez que o Vereador de um distrito muitas vezes tem que ser substituído por um Edil de um distrito oposto do município ou da sede do município, o que obviamente

te não satisfará as populações que elegeram determinado Vereador.

Considerando estes argumentos e tendo em vista que a maioria dos Deputados tem suas áreas de influência, certamente a nossa sugestão merecerá atenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo...

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado João Mansur, Vossa Excelência traz, efetivamente, uma proposta que merecerá de nossa parte todo um estudo. Porque, realmente, Vossa Excelência traz um enfoque completamente diferente do que normalmente temos visto.

Mas, gostaria de, por partes, analisar seu pronunciamento, para me parabenizar quando, na primeira parte do seu pronunciamento, Vossa Excelência fala em consolidação dos atuais partidos. Talvez o mais sério defeito deste País, na sua parte política, seja o fato de que nossos partidos políticos nunca tiveram uma vida longa. E nossos partidos políticos são como o vinho, quanto mais velho, melhor. Nós tivemos partidos formados em 1945 que foram extintos em 1966.

Agora, já se fala na extinção das atuais siglas.

Sou pela reformulação partidária, mas simples e puramente que se possibilite a formação de novos partidos e não a extinção dos atuais.

E a oportunidade de seu pronunciamento é flagrante quando nós acabamos de ler, nos jornais de ontem, que se pretende já um novo casuísmo. E que liderança, tanto do meu Partido, quanto do seu, em Brasília, estão a imaginar uma forma para reformulação partidária que seria a institucionalização da sublegenda.

Novamente um casuísmo que não vai cumprir a finalidade a que se propõe um verdadeiro partido político.

Teríamos então, parece ser esse o estudo. ARENA da direita, ARENA da esquerda, ARENA do centro. E o MDB seria, também, de cima para baixo, dividido em dois MDBs. Naturalmente, um da esquerda e um da direita.

Para que essas sublegendas, transformadas em núcleos de partidos viessem, através das adesões e da soma de forças, se constituírem nos cinco partidos novos, no futuro.

Obviamente, vão me desculpar os ilustres Líderes do MDB e da ARENA que estão estudando esse fato: é uma nova imposição, é um novo de cima para baixo, que não vai levar a verdadeiros partidos.

Porque está se catalogando: o Sr. é da direita, o Sr. é da esquerda, o Sr. é do centro.

Fica a pergunta: o MDB da esquerda e a ARENA da esquerda vão se aliar?

Novo casuísmo que me parece altamente comprometedor, inclusive para as tão faladas aberturas.

E vossa Excelência, na sua primeira fala, disse e muito bem, que há necessidade da consolidação dos atuais partidos para se transformarem realmente em partidos. E numa abertura, numa melhoria da legislação para que pessoas que não se enquadrem nos atuais partidos, têm possibilidades de formar novos, sem que isso represente uma obrigatoriedade como se pretende.

Quanto a segunda parte, rapidamente, como ouvi em seu discurso e que merecerá de minha parte toda a atenção, porque, realmente, a suplência do Deputado representaria melhor, indiscutivelmente, a região. Vossa Excelência falou em Sudoeste. Eu se vier a sair da Assembléia, serei, aqui, substituído por um Deputado que não é de minha área, e que, portanto, não pode conhecer os problemas de minha área.

O assunto, acredito, merecerá de todos os Srs. Deputados, um estudo sério, porque é um enfoque diferente e apresento meus parabéns pela imaginação de tal proposta.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz e estou plenamente de acordo.

Só acredito que atingiremos a plenitude política, neste País, com a consolidação dos partidos políticos.

E não há de ser trocando de sigla que haveremos de atingir essa plenitude.

Sou favorável à criação de novos partidos, sem a extinção dos atuais. Porque, apesar da ARENA e do MDB serem partidos criados de cima para baixo, eles têm, no decorrer do tempo, e apesar das limitações que têm sofrido, prestado muito à causa pública brasileira.

Portanto, agradeço o aparte do nobre Deputado, e estou perfeitamente de acordo e vou além, nobre Deputado, não só na consolidação de nossos partidos, mais do que isso, é necessário que se devolva ao Poder Legislativo, o verdadeiro representante das aspirações populares, aquilo que é de direito, a fim de que o Poder Legislativo possa, através da voz de seus representantes eleitos livremente pela vontade popular, reivindicar, falar, gritar, em nome do povo paranaense, em nome do povo brasileiro.

Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Evidentemente, Vossa Excelência merece os cumprimentos por trazer um assunto palpitante, à discussão, nesta Casa.

"A priori", a idéia me parece muito boa, porque além das razões expostas por Vossa Excelência e pelos apartantes, me parece, se possibilitaria o engajamento de um contingente de homens, na política ativa, porque, cada Deputado teria, na sua região, vamos dizer assim, uma assessoria permanente e o Suplente seria então mais um político em atuação, daí, o fato dele ser Suplente não quer dizer que ele esteja totalmente afastado. Sempre, o Suplente está naquela expectativa, acompanhando com vivo interesse. Seria mais um brasileiro engajado na vida política. Então, me parece que, realmente, o que falta no Brasil é despertarmos as vocações políticas, eis que, sem o despertar de vocações políticas nós não conseguiríamos também, partidos políticos. Então eu vejo neste aspecto, a possibilidade de engajar um contingente maior de brasileiros na política, a grande talvez oportunidade do pronunciamento de Vossa Excelência, e, a idéia, se vier a ser aceita, se vier a ser institucionalizada, trará, efetivamente, melhores condições para que os nossos partidos venham a ser institucionalizados.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência, que terá o apoio deste Deputado para propagar esta idéia.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e realmente disse bem Vossa Excelência, que, realmente, trata-se de uma idéia, apenas de uma idéia de um modesto representante do povo que, baseado na experiência e na luta de trinta anos se propõe a apresentar esta idéia, à consideração de todos os nobres Pares desta Casa, tanto da ARENA, quanto do MDB, para que todos nós, juntos, possamos burilá-la e possamos tentar sensibilizar as autoridades maiores no sentido de institucionalizar esta nossa idéia, que acho válida, principalmente sob o aspecto que Vossa Excelência abordou com muita propriedade, que é o de conquistar, de arregimentar um contingente bem maior, de companheiros nossos que vão participar ativamente da vida política e da vida partidária.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concluindo esta nossa rápida idéia:

"Considerando esses argumentos, e tendo em vista que a maioria dos Deputados têm suas áreas de influência, certamente a nossa sugestão merecerá atenção".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendo colher ainda melhores subsídios, e ascultar Lideranças, amigos, companheiros, para prosseguir à viabilidade desta sugestão.

Este pronunciamento visa, apenas, suscitar um debate amplo, ao nosso sistema político. E espero que cheguemos a um modelo brasileiro, e não fiquemos, sempre, na depen-

dência de importação de fórmulas alienígenas.

Para finalizar, requeiro, Sr. Presidente, depois de ouvido o Plenário, o envio desta sugestão às Lideranças da ARENA e do MDB, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas do País e nas Câmaras Municipais."

Era, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento que desejávamos fazer nesta manhã de hoje.

Queremos agradecer a compreensão dos Srs. Deputados, e esperamos contar com o apoio, com a inteligência, com a cultura, com o preparo e principalmente, com a experiência dos nobres representantes do povo nesta Casa, de ambos os Partidos, a fim de que, se válida esta nossa idéia, levá-la às autoridades maiores, a fim de vermos, um dia, concretizada, dentro do nosso modelo político.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 151 e 12/78 e 20 e 21/79.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 159, 167, 178, 179 e 194/78 e 169/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 07 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

ATA DA COMISSÃO:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA — 9.^a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala de reunião das Comissões, reuniram-se os Senhores Deputados João Elísio, Wilson Fortes, Gabriel Manoel, Luiz Alberto de Oliveira, Gernote Kirinus, Romero Filho e Fiori Luiz, membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, indicados pelas lideranças do Movimento Democrático Brasileiro e Aliança Renovadora Nacional, respectivamente, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da citada Comissão. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno assumiu a direção dos trabalhos o Senhor Deputado Gabriel Manoel. Procedida a eleição e verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Senhores Deputados Gernote Kirinus e João Elísio, para a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente. Logo a seguir, assumiu a direção dos trabalhos o Presidente eleito, usando da palavra, agradeceu a confiança de seus nobres Pares e ressaltou o seu propósito de conduzir este órgão técnico da Casa, com trabalho, dignidade e justiça. A seguir, deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma, o Senhor Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão serão convocadas conforme o Regimento Interno. Na oportunidade indicou para secretariar a Comissão, o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrou-se a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Deputado GERNOTE KIRINUS

Presidente

Deputado JOÃO ELÍSIO

Vice-Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

Portarias e Decretos:

PORTARIA N.º 266/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2869, de 28 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar PAULO AFFONSO DE CAMARGO FILHO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulo Camargo, e LUIZ CARLOS CARON GROSSI, matrícula n.º 464, a prestar, serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Paulo Camargo, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 267/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2040, de 07 de março de 1979, deste Poder,

autorizar MARIA ALICE WOLF PAULUK, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Lineu Mansani Turra, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 268/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2479, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ATANAILDO GURAL, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 269/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2406, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ROGÉRIO FABIANO NEVES DA CRUZ, matrícula n.º 171, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.^a Secretaria, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 270/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2887, de 28 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar PAULO MARCELO SOARES DA SILVA, ora à disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Benedito Pinto Dias, a partir de 1.º de fevereiro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 271/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2661, de 26 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da Liderança da ARENA, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT – Mat. 519

NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA – Mat. 541

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO N.º 320/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob o n.º 2024 e 959, respectivamente de 15 de março de 1978 e 31 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula n.º 254, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 04 de fevereiro de 1978, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%); e,

II – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o mesmo dispositivo legal, a partir de 04 de agosto de 1978, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 06 de abril de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 321/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1586, de 22 de fevereiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário ANTONIO LACERDA BRAGA NETO, matrícula n.º 095, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 19 de novembro de 1973 e 19 de maio de 1978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 06 de abril de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 322/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2216, de 13 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula n.º 152, ocupante do cargo de nível PL“19”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 06 de abril de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 323/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1919, de 06 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 157/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere ao funcionário NORBERTO HUSCH, matrícula n.º 520, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência; e,

II – atribuir ao funcionário acima mencionado, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 1.ª Secretaria.

Palácio “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, em 06 de abril de 1979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 324/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 511, de 17 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de TEREZINHA RUPPEL GLUCK, matrícula n.º 323, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre

10 de janeiro de 1972 e 10 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 325/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 705, de 23 de janeiro de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EUMENIA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 469, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1977 e 1978, que deixou de gozar; e,

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 28 de dezembro de 1972 e 28 de outubro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 326/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2144, de 09 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula n.º 257, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspon-

dente ao dobro das férias relativas ao ano de 1978, que deixou de gozar; e,

II – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 14 de fevereiro de 1979, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 327/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1673, de 1.º de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de BELMIRO MARTIN, matrícula n.º 282, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 328/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2396, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, o item II, do Decreto Legislativo n.º 196/77, de 11 de abril de 1977, que designou para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1.ª Secretaria, o funcionário JOGUIBE MANSUR, matrícula n.º 312; e,

II – designar o funcionário acima mencionado, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 06 de abril de 1979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA – 2.º Secretário

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE MARÇO DE 1.979

ATIVO			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		6.298.900,17	6.298.900,17
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		23.347.927,64	
Despesas Variáveis com Pessoal Civil		15.726.306,85	
Contribuições de Previdência Social		488.724,32	
Outras Obrigações Patronais		15.716,19	
Material de Consumo		594.104,04	
Serviço de Terceiros e Encargos		9.865.145,92	
Despesas do Exerc. Anteriores		29.329,53	
Subvenções Soc. a Inst. Privadas		3.340.410,43	
Inativos		6.021.243,31	
Pensionistas		1.148.617,20	
Salário Família		332.045,80	
Apoio Financeiro a Estudantes		765.600,00	
Assistência Médico Hospitalar		...	
Outras Transf. a Pessoas		75.018,37	
Obras e Instalações		...	
Equip. e Material Permanente		584.545,92	62.334.735,22
CONTAS PENDENTES			
DESPESAS DIFERIDAS			
SOMA – ATIVO			68.633.635,39
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Vencimentos e Vantagens Fixas	23.150.000,00		
Despesas Variáveis com Pessoal Civil	16.030.000,00		
Contribuições de Previdência Social	520.000,00		
Outras Obrigações Patronais	30.000,00		
Outras Transf. a Pessoas	...		
Inativos	6.564.000,00		
Pensionistas	1.186.000,00		
Salário Família	370.000,00	47.850.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	625.000,00		
Serv. de Terceiros e Encargos	9.023.500,00		
Desp. do Exerc. Anteriores	30.000,00		
Subvenções Sociais	3.355.900,00		
Apoio Financeiro a Estudantes	765.600,00		
Assist. Médico Hospitalar	...	13.800.000,00	
CAPITAL			
Obras e Instalações	...		
Equip. e Material Permanente	500.000,00	500.000,00	62.150.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	1.236.817,10		
Despesas Processadas	2.465.966,17		
Folha de Pagamento	1.804.751,62		
Consignações	17.661,85	5.525.197,34	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	887.777,06		
Processados – Credores	...		
Processadas – Folha de Pagamento	1.308,47		
Cred. em Consignações	...	889.085,53	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	69.352,52	69.352,52	6.483.635,39
SOMA – PASSIVO			68.633.635,39

PALÁCIO “DEZENOVE DE DEZEMBRO”, EM 09 DE ABRIL DE 1979

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Contador Geral

SEBASTIÃO DE L. CARDOSO
Chefe Div. Contabilidade

DIRCEU G. CORDEIRO
Chefe Sec. Contabil.